

Relatório de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República

Controladoria-Geral da União

Secretaria Federal de Controle Interno

Unidade Auditada: SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (SAGI)

Exercício: 2014

Município: Brasília - DF

Relatório nº: 201503545

UCI Executora: SFC/DS/DSDES - Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Desenvolvimento Social

Análise Gerencial

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201503545, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre a prestação de contas anual apresentada pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

1. Introdução

O Relatório de Auditoria encontra-se dividido em duas partes: Resultados dos Trabalhos, que contempla a síntese dos exames e as conclusões obtidas; e Achados de Auditoria, que contém o detalhamento das análises realizadas. Consistindo, assim, em subsídio ao julgamento das contas apresentadas pela Unidade ao Tribunal de Contas da União – TCU.

Os trabalhos foram realizados no período de 1.º/6/2015 a 5/8/2015, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas sobre o exercício de referência e a partir da apresentação do processo de contas pela unidade auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal.

O escopo dessa Auditoria Anual de Contas de 2014, conforme pactuado com o TCU em novembro de 2014, foi direcionado à avaliação dos resultados da Secretaria frente a finalidades da Ação de Governo sob sua responsabilidade (4923 – Produção e Disseminação de Informação e Conhecimento para Gestão de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, associada ao programa 2122 – Programa

de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome). A partir dela, a Unidade possui subsídios para atuar em seus eixos estratégicos: (1) gestão da informação e conhecimento, (2) avaliação e (3) monitoramento de políticas públicas das demais secretarias do MDS, a (4) capacitação de agentes públicos das três esferas de governo, assim como (5) disseminação do conhecimento produzido sobre a matéria decorrente de suas competências regimentais.

Além da avaliação acordada com o Tribunal, foram aplicados procedimentos adicionais referentes à verificação da conformidade das peças da prestação de contas registradas no sistema e-Contas do TCU. A esse respeito, verificou-se que a unidade jurisdicionada elaborou todas as peças a ela atribuídas pelas normas do Tribunal de Contas da União em conformidade com as Decisões Normativas expedidas para o exercício de referência. Ressalta-se apenas que está registrada na segunda parte deste relatório (Achados de Auditoria) informação que repreSENTA parte dos macroprocessos de trabalho da SAGI para duas de suas divisões em função de erro constante da versão oficial do Relatório de Gestão da SAGI publicado no sistema do TCU.

Destaca-se ainda que, apesar de programadas as avaliações sobre o atendimento das recomendações do órgão de controle interno, assim como as determinações do TCU, com indicativo de acompanhamento por parte do órgão de controle interno, não houve objeto a ser avaliado pela equipe de auditoria.

Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

2. Resultados dos trabalhos

De acordo com o que estabelece o Anexo IV da DN-TCU-132/2013, e em face dos exames realizados, foram efetuadas, em essência, as análises dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão da SAGI, abrangendo o escopo pactuado entre a Controladoria-Geral da União e o Tribunal de Contas da União.

2.1 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do MDS é responsável pela execução da Ação 4923 – Produção e Disseminação de Informação e Conhecimento para Gestão de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, associada ao programa 2122 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Nos termos apresentados no Cadastro de Ações no SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento) do Ministério do Planejamento, esta Ação de Governo tem as seguintes finalidades:

- **A – Gestão da informação e desenvolvimento de ferramentas informacionais**, aplicadas para a gestão de programas sociais;
- **B – Fortalecimento do sistema integrado de planejamento, avaliação e monitoramento** com critérios e requerimentos metodológicos definidos para produzir informações e conhecimento sobre a demanda, a implementação, resultados e efeitos dos programas de desenvolvimento social e combate à fome e de erradicação da extrema pobreza;
- **C – Elaboração de diretrizes e instrumentos para a avaliação e monitoramento** dessas políticas e programas;

- **D – Desenvolvimento de estudos comparados de políticas e programas** de desenvolvimento social e combate à fome e de erradicação da extrema pobreza;
- **E - Ampliação da capacidade técnica e operacional dos agentes públicos e sociais**, no âmbito das políticas de desenvolvimento social e combate à fome e de erradicação da extrema pobreza;
- **F - Capacitação para a gestão, o monitoramento, a avaliação e o controle social** das políticas de desenvolvimento social e combate à fome, na esfera nacional e em ações de cooperação internacional;
- **G - Apoio ao aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento social e combate à fome**, inclusive em termos de focalização e controle social.

Em análise do Regimento Interno da SAGI (Art. 1º do Anexo VII da Portaria MDS n.º 120, de 12/6/2012), verificou-se que as finalidades da Ação 4923 se coadunam com as competências regimentais da SAGI, conforme comparativo apresentado no quadro a seguir:

Quadro 1: Comparativo da finalidade da Ação 4923 e competências da SAGI

Competência SAGI (Incisos I a V) - Artigo 1º do Anexo VII da Portaria MDS n.º 120, de 12/6/2012	Finalidades Ação 4923	
Desenvolver e implementar instrumentos de avaliação e monitoramento das políticas e programas de desenvolvimento social e combate à fome e a gestão da informação no âmbito do Ministério	A – C	
Elaborar, propor, coordenar e apoiar a implementação de planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento social e combate à fome, voltados à promoção:	a) da capacidade de formulação estratégica, incluindo-se desenvolvimento de sistemas de identificação de populações e áreas vulneráveis, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados e do desempenho organizacional b) de provimento de informações à formulação de políticas voltadas ao desenvolvimento social e combate à fome c) de concepções de modelos de gestão voltados para resultados d) de transparência, controle social e conduta ética na gestão pública e) da otimização de alocação de recursos para o alcance dos resultados visados f) de sistemas de informações, aprendizado, competências e conhecimento necessários à excelência dos processos organizacionais; g) de metodologias de avaliação e monitoramento de políticas de desenvolvimento social e combate à fome;	A – B – D – E A – B G A – B – D – F A A C
Promover a formação e a capacitação de agentes públicos e sociais nos níveis federal, estadual e municipal;	F	
Promover a gestão do conhecimento, o diálogo das políticas e a cooperação técnica em gestão pública de forma articulada com órgãos, entidades, poderes e esferas federativas e outros países;	E – F	
Apoiar a proposição, avaliação, validação, cálculo e disseminação de indicadores no âmbito das políticas de desenvolvimento social e combate à fome.	A – G	

Observação: Tal associação não significa que não sejam realizadas outras competências e/ou iniciativas além das previstas no quadro.

Diante desta responsabilidade, além dos recursos orçamentários da Ação 4923 e de sua equipe, a Unidade utiliza-se de parcerias com instituições especializadas (termos de execução descentralizada de recursos com o IBGE, IPEA, CNPq, ENAP e UFRGS) e acordos de empréstimo e cooperação técnica internacional, conduzidos pela Diretoria de Projetos Internacionais da Secretaria Executiva do MDS, para administrar uma estrutura de macroprocessos vinculados a quatro divisões (Departamentos de Gestão da Informação, de Monitoramento, de Avaliação, e de Formação e Disseminação), formando assim capacidades específicas de trabalho para atendimento da agenda vinculada a seus eixos estratégicos de atuação (1) gestão da informação e conhecimento, (2) avaliação e (3) monitoramento de políticas públicas das demais secretarias do MDS, a (4) capacitação de agentes públicos das três esferas de governo, assim como (5) disseminação do conhecimento produzido sobre a matéria decorrente de suas competências regimentais).

Nesse contexto, o escopo desta Auditoria Anual de Contas para o exercício de 2014 abordou de forma abrangente a avaliação dos resultados da gestão da Secretaria, conforme pontuação realizada entre a CGU e o TCU em novembro de 2014, o que foi mencionado na introdução deste relatório. Os resultados da avaliação foram estruturados em duas questões de auditoria:

- Os resultados quantitativos e qualitativos estão sendo atingidos?
- A relação Finalidade da Ação *versus* Objeto do Gasto apresenta coerência?

Em resposta à primeira questão, avalia-se que a alocação da Ação de Governo 4923 nos instrumentos de planejamento governamental como atividades meio ou de apoio ao Ministério (Programa de Gestão e Manutenção do MDS) não favorece à representação do alcance dos resultados da Unidade, quando analisados perante a agenda governamental constante no Plano Plurianual, já que, conforme registrado anteriormente, a Unidade não está restrita aos limites definidos na finalidade da Ação. Assim, verificados os produtos e as ações empreendidas pela Secretaria, há funções relevantes para o aperfeiçoamento e consequentemente os resultados de políticas públicas (como monitoramento e avaliação). A própria Unidade destaca que faz a gestão da Política de Monitoramento e Avaliação do MDS.

Sendo assim, as Políticas Sociais a cargo do MDS, assim como funções de gestão e disseminação do conhecimento e de formação de agentes públicos e profissionais, têm como consequência o aprendizado da gestão das três esferas de governo frente às políticas relacionadas à SAGI. Ressalta-se que realizações dessa Unidade, a exemplo do Censo SUAS¹ e do Capacita SUAS², são Iniciativas do Programa 2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social.

Em termos de execução orçamentária, a Unidade proporcionou a execução de aproximadamente 87% da Ação 4923, utilizando ainda de contribuições importantes de Ações de responsabilidade de outras Unidades do MDS. Conforme informa a Unidade em seu Relatório de Gestão, ao longo do exercício de 2014, recursos orçamentários de outras Ações³, totalizando R\$ 6,5 milhões, foram disponibilizados à Secretaria para ampliação de esforços de implantação das iniciativas planejadas, evidenciando uma agenda mais robusta para o exercício. Como detalhado nos Achados de Auditoria do Relatório, aproximadamente 68% da execução orçamentária da Ação 4923 é executado de forma descentralizada por parceiros da SAGI, como os citados IBGE, IPEA, CNPq, ENAP e UFRGS.

Verificou-se que, em 2014, a SAGI teve resultados e produtos concluídos ou em desenvolvimento frente às quatro grandes políticas finalísticas de responsabilidade do MDS, Assistência Social, Renda de Cidadania, Segurança Alimentar e Nutricional e Inclusão Produtiva, evidenciando eficácia sob a perspectiva de abrangência frente às estratégias do Ministério para a agenda governamental definida no Plano Plurianual 2012-2015.

¹ Coleta anual de informações sobre projetos, programas, iniciativas e ações da Política Nacional de Assistência Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, regulado pelo Decreto nº 7.334/2010.

² Programa Nacional de Capacitação dos Agentes Públicos do Sistema Único de Assistência Social.

³ Ação 6414 – Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público do Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único, do Programa 2019 – Bolsa Família, das Ações 8249 – Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social e 8893 – Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do SUAS, do Programa 2037 – Fortalecimento do SUAS, e da Ação 8624 – Apoio à Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Nesse contexto, cabe destacar que, pela análise da matéria envolvida nas funções mencionadas, há regimes diferentes de execução dos empreendimentos conduzidos pela Unidade, o que, por vezes, gera uma agenda de entregas divergentes para os departamentos da Secretaria em termos quantitativos diante de seus eixos de atuação estratégicos. Essa afirmação decorre da verificação de que uma avaliação de uma política pública tem maturação, planejamento e execução com prazos maiores do que a atualização de indicadores e o aprimoramento de ferramentas e painéis de acompanhamento disponíveis na internet, ou até a realização de capacitações, que, por sua vez, para representarem capacidades de ação rápida, dependem de processos de criação formados nos últimos anos de existência da Unidade.

Diante de mapeamento realizado pela auditoria na fase de campo, confirmou-se que a Unidade gera produtos para todas as finalidades da Ação 4923 frente aos macroprocessos de seus departamentos. Adicionalmente, diante das competências regimentais destes últimos, há coerência entre a linha de atuação de cada um, suas entregas e as finalidades da referida Ação de Governo. O mapeamento levou em consideração os produtos concluídos e contratados pela Unidade em 2014, assim como a gestão de itens relevantes do portfólio de ferramentas e serviços da Secretaria.

A partir deste mapeamento, verificou-se que os resultados da gestão da SAGI podem ser divididos em duas categorias: manutenção e aperfeiçoamento de um portfolio de serviços e ferramentas/aplicativos, cujos esforços de construções foram alocados em exercícios anteriores, dividido em 25 subcategorias; e produtos específicos e quantificáveis de avaliação de políticas, de formação/capacitação de agentes e de publicação e disseminação de conhecimento e de informações.

A primeira categoria é fortemente relacionada aos Departamentos de Gestão da Informação e de Monitoramento. Nela, destacam-se ferramentas (gerenciais e direcionadas para o público alvo) e atividades essenciais para a gestão de políticas de outras secretarias. Sobre as ferramentas gerenciais, são exemplos: Portais Brasil Sem Miséria no seu Estado e no seu Município (Portais BSM), consulta aos gestores (Matriz de Informações Sociais – MI Social, Relatório de Informações Sociais – RI Social), Painel de Monitoramento do Plano Brasil Sem Miséria (MONIB), Data Social, Módulo de Painel de Indicadores (PIC). Já o Mapa de Localização de Localização de Equipamentos de Prestação de Serviços (MOPS) e o Censo SUAS (instituído pelo Decreto nº 7.334/2010), que coleta dados para a política de Assistência Social, são exemplos de ferramenta para o público alvo.

Na outra categoria, ligada aos Departamentos de Avaliação e de Formação e Disseminação do Conhecimento, 46 produtos específicos são apresentados, sendo 30 concluídos e 16 contratados: contratados projetos de pesquisa intermediados pelo CNPq, contratada a Pesquisa Painel de Pobreza (PPP) com a empresa Datamétrica, pactuada a realização de Pesquisa Nacional de Entidade Privadas da Assistência Social com o IBGE. Dentre os produtos entregues, destacam-se a pesquisa sobre o Perfil das famílias que sofreram repercussões sobre o benefício do Programa Bolsa Família em decorrência do processo de revisão cadastral, Estudo sobre os serviços ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social (CREAS), a conclusão de parceria com o IBGE para coleta de dados na MUNIC e PNAD, e conclusão de capacitação e formação de mais de 20 mil agentes no CapacitaSUAS e CapacitaSAGI.

Como boas práticas de gestão administrativa, verificou-se que a SAGI possui instrumentos que evidenciam esforços organizados em processos de planejamento e

gestão. A Unidade dispõe de processo formal de estabelecimento de planejamento estratégico, que aloca a agenda técnica e governamental em artefatos cujo conteúdo foi explicitado no Relatório de Gestão de 2014, proporcionando a definição de eixos de atuação para seus macroprocessos para o exercício. Nesse contexto a Unidade possui também tecnologia específica de gestão de processos e resultados, consubstanciada no SIGE – Sistema de Gestão Estratégica.

Conclui-se que a Unidade tem atendido qualitativamente sua agenda estratégica definida nos eixos principais de atuação, seus resultados alcançam os processos finalísticos da Ação 4923, aplicando quantitativamente aproximadamente 87% da Ação.

Nesse contexto, ressalva-se a necessidade de aprimoramento da evidenciação de indicadores de seus processos e resultados internos, e o processamento e apresentação de custos dos seus produtos.

Tais situações estão apresentadas em maiores detalhes na segunda parte desse relatório (Achados de Auditoria), descrevendo fragilidade detectada no *accountability* da perspectiva orçamentária e a oportunidade de desenvolvimento de metodologia de apuração de custos de serviços e produtos. Verificou-se que produto da Ação 4923 para o exercício de 2014 apresentou uma relação desproporcional de causa e efeito (ou esforço e resultado) entre a execução dos processos da Ação e suas entregas. As alegações apresentadas pela Secretaria para o achado são verdadeiros dificultadores, todavia, foi pontuado que os instrumentos envolvidos na gestão orçamentária têm caráter gerencial e, por sua singularidade, podem ser criados e ajustados para se adaptar às características e necessidades específicas da Ação. Quanto aos controles de custos, destaca-se que a SAGI se coloca em iniciativa de promover as adequações necessárias na gestão da Ação para possibilitar a evidenciação de seus custos com maior qualidade.

Outro aspecto discutido nos achados é a não aplicação efetiva de indicadores de gestão pela Unidade. Verificou-se que a Secretaria tem projeto em desenvolvimento nesse sentido, cujo protótipo apresentado à auditora tem abrangência significativa dos macroprocessos existentes. Trata-se de iniciativa que pode proporcionar melhor evidenciação da relação causa e efeito entre insumos, ação e resultados da Secretaria, e aumentar a maturidade de seus processos de gestão.

Verificou-se ainda que a SAGI age a partir de diretrizes que representam uma política de transparência de seus produtos. Portanto, a Unidade disponibiliza ferramentas, aplicativos, dados de indicadores e material didático, assim como sumário, resultados e dados de avaliações contratados ou realizados diretamente pela Secretaria, conforme cronograma de atividades publicado na internet. Para isso, mantém portal e páginas dedicados exclusivamente a esse propósito, como:

- Portal da SAGI – <http://www.mds.gov.br/sagi>;
- RI – <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>;
- MOPS – <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/Mops/>;
- MI – <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/grupo.php>;
- <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/>;
- http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/METRO/metro.php?p_id=4.

Quanto à questão relativa à coerência entre a finalidade da Ação e Objeto do Gasto, o escopo da avaliação foi restrito à conferência da compatibilidade da relação objeto do

gasto e finalidade da Ação. Foi avaliada amostra de instrumentos de descentralização de crédito com instituições parceiras, de consultorias individuais de pessoas físicas apresentadas no Relatório de Gestão de 2014, e de contrato de avaliação de política pública. Não foi detectado objeto não alinhado à finalidade da Ação. Cabe destacar que esta relação de alinhamento foi verificada também frente aos produtos entregues e contratados pela Secretaria diante do mapeamento dos resultados da SAGI para 2014, como anteriormente mencionado.

3. Conclusão

A auditoria teve foco na avaliação dos resultados da gestão da SAGI, tendo como referência sua responsabilidade de coordenar os recursos da Ação 4923 e congregar esforços do MDS em quesitos que contribuam para o resultado das políticas públicas administradas pelo MDS.

A Secretaria apresentou-se municiada de instrumentos de planejamento e gestão compatíveis com suas responsabilidades, evidenciando a existência de processo de planejamento estratégico, além da implantação de sistema de informação que suporta a gestão de indicadores, recursos, objetivos e metas nele definidos. Os resultados alcançados coadunam-se com as finalidades da Ação de governo sob sua responsabilidade, com suas competências regimentais, e abarcam as quatro vertentes de políticas públicas do MDS.

Procedimentos iniciais para implantação de conjunto de indicadores de gestão foram apresentados, compreendendo as dimensões processuais dos macroprocessos em funcionamento na Unidade, o que, na avaliação da auditoria, além de proporcionar informações para tomada de decisões estratégicas, amplia o *accountability* dos resultados da Secretaria.

Destaca-se a existência da Política de Avaliação e Monitoramento para transparência dos produtos e resultados da SAGI, pela qual são expostos na internet informações, sumários e dados das avaliações desenvolvidas ou contratadas pela Unidade, além da disponibilização de ferramentas e aplicativos que colocam à disposição de gestores e atores sociais a gama de indicadores calculados e monitorados, além de informações georreferenciadas produzidos pela SAGI.

Todavia, ressalva-se a avaliação por três quesitos onde se detectou a oportunidade de melhoria: o *accountability* orçamentário decorrente da forma como foram gerenciados os produtos da Ação 4923, para os quais se verificou uma relação desproporcional de causa e efeito (ou esforço e resultado) entre a execução dos processos da Ação e suas entregas; a ausência de metodologia de apuração de custos, com implantação viável apesar da complexidade dos processos e particularidade de seus produtos; e a não evidenciação dos indicadores de gestão apesar da existência de macroprocessos definidos.

Por fim, cabe mencionar que a Unidade declarou atuar a partir de valores definidos em sua estratégia que colaboraram para um bom ambiente de controle, considerando suas competências e a efetividade projetada de seus resultados.

Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Brasília/DF, 25 de agosto de 2015.

Nome: CRISTIANO COIMBRA DE SOUZA
Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

Assinatura:

Nome: GABRIEL BELCHIOR NAVARRO
Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

Assinatura:

Relatório supervisionado e aprovado por:

Coordenador-Geral de Auditoria da Área de Desenvolvimento Social

Achados da Auditoria - nº 201503545

1 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

1.1 Avaliação e monitoramento de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

1.1.1 ORIGEM DO PROGRAMA/PROJETO

1.1.1.1 INFORMAÇÃO

Estratégia de Execução da Ação 4923 pela SAGI em 2014.

Fato

A Ação Orçamentária de responsabilidade da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SAGI/MDS) é a Ação 4923 – Produção e Disseminação de Informação e Conhecimento para Gestão de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, associada ao programa 2122 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A ação tem essencialmente como finalidades: gestão da informação e desenvolvimento de ferramentas informacionais; fortalecimento do sistema integrado de planejamento, avaliação e monitoramento; elaboração de diretrizes e instrumentos para a avaliação e monitoramento; desenvolvimento de estudos comparados de políticas e programas; ampliação da capacidade técnica e operacional de agentes públicos e sociais; capacitação para a gestão, o monitoramento, a avaliação e o controle social; e apoio ao aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento social e combate à fome.

A forma de implementação da Ação acontece mediante: contratação de instituições públicas e privadas; transferência de recursos financeiros a instituições parceiras, públicas ou privadas sem fins lucrativos, mediante a celebração de instrumentos jurídico-administrativos; e implementação direta pelo próprio MDS.

A execução orçamentária da Ação em 2014 ocorreu por meio da descentralização de créditos pela Unidade a outras Unidades Executoras, não havendo, no exercício em exame, execução direta pela SAGI. A Unidade informa em seu Relatório de Gestão que, ao longo do exercício de 2014, foram disponibilizados à Secretaria R\$ 6,5 milhões para ampliação de esforços de implantação das iniciativas planejadas, recursos orçamentários provenientes da Ação 6414 – Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público do Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único, do Programa 2019 – Bolsa Família; das Ações 8249 – Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social e 8893 – Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do SUAS, do Programa 2037 – Fortalecimento do SUAS; e da Ação 8624 – Apoio à Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

A Despesa Empenhada/Executada (R\$ 12.236.437,05) em 2014 corresponde a 87,46% da Dotação Atualizada da ação. O gráfico a seguir apresenta a distribuição desses empenhos entre as Unidades Executoras da Ação, o que proporciona verificar as linhas de atuação estratégicas da SAGI para a execução orçamentária da Ação 4923.

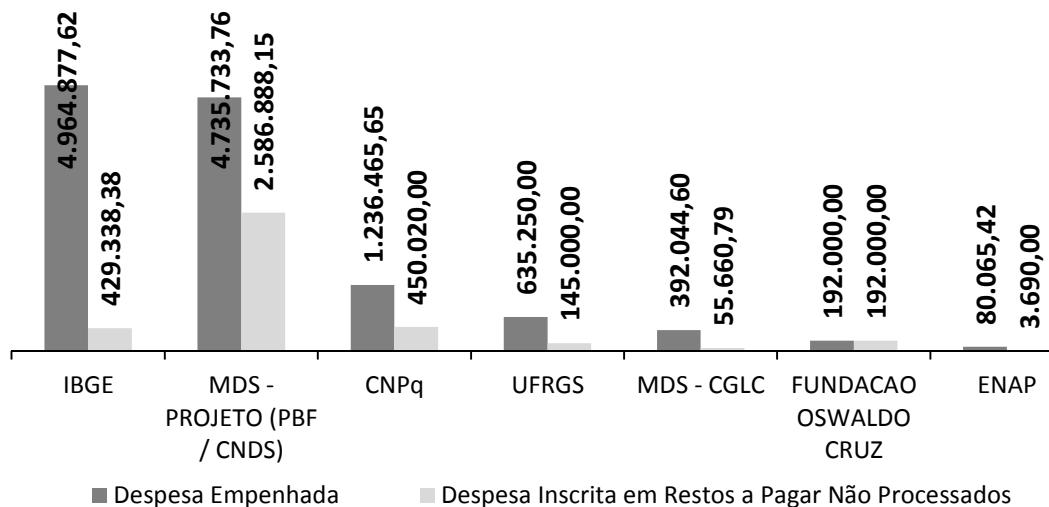


Gráfico 1: Despesas Empenhadas (2014) por Unidade Executora da Ação 4923, em R\$

Legenda do Gráfico 1	
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
MDS Projeto (PBF/CNDS)	Unidade Gestora criada no âmbito do MDS para gerenciamento do Projeto Consolidação do Programa Bolsa Família (PBF) e Apoio ao Plano Brasil Sem Miséria (BSM) no âmbito do Acordo de Empréstimo BIRD 7841-BR, executado, também, por meio do Acordo de Cooperação Técnica Internacional com a UNESCO, Projeto 914BRZ3002 – Apoio ao Programa Bolsa Família e Superação da Pobreza Extrema
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
MDS - CGLC	Coordenação-Geral de Licitações e Contratos, vinculada à Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria Executiva do MDS.
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Destacam-se as execuções realizadas pelo IBGE e pela Unidade Gestora MDS – Projeto PBF/CDS, que somadas representam aproximadamente 79% da despesa empenhada. Do total empenhado, R\$ 3.862.597,32, foram inscritos em restos a pagar não processados, o que corresponde a aproximadamente 31% do disponível para empenho.

No caso do IBGE, segundo o Relatório de Gestão da Unidade, e pela verificação dos instrumentos de repasse (termos de execução descentralizada e de cooperação técnica), verificou-se que o referido instituto de pesquisa auferiu recursos da Ação para executar as seguintes iniciativas que compreendem aproximadamente 41% das despesas empenhadas:

Quadro 2: Iniciativas em parceria com o IBGE

Instrumento - Objeto	Dimensão	Valor (R\$)*	Prazo	Status	Política
TC 002/2013	MUNIC – 2013	Avaliação	2.066.000	05/2015	Conclusão em 2014
TED 003/2014	PNAD 2014 – cadastramento de programas sociais,	Avaliação	4.999.795	03/2016	Contratação em 2014

Instrumento - Objeto		Dimensão	Valor (R\$)*	Prazo	Status	Política
	educação e qualidade profissional, mobilidade sócio ocupacional e inclusão produtiva					
TED 002/2014	Pesquisa Nacional de Entidades Privadas de Assistência Social – PEAS/IBGE	Avaliação	1.650.702	02/2015	Contratação em 2014	Assistência Social
TED 002/2014	Suplemento – Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC 2014)	Monitoramento	1.600.000	06/2015	Contratação em 2014	Inclusão Produtiva

* Os valores demonstrados são os acordados pelos instrumentos citados, mas não necessariamente empenhados no exercício de 2014.

Já a execução direta pelo MDS na UG do Projeto PBF/CNDS restringe-se a R\$ 4.735.733,76 (aproximadamente 39% do total de despesas empenhadas). Cabe destacar que, em decorrência do arranjo de implementação do Acordo de Empréstimo BIRD 7841-BR, as despesas executadas pelo IBGE no âmbito do TED 002/2014 são vinculadas ao projeto implementado pelo referido acordo de empréstimo.

Nesse contexto é válido registrar o volume de recursos empenhados e pagos por essa Unidade Gestora do MDS, segregando por CNPJ, a fim de compreender o propósito das despesas executadas no âmbito da ação, como evidenciado no gráfico a seguir:

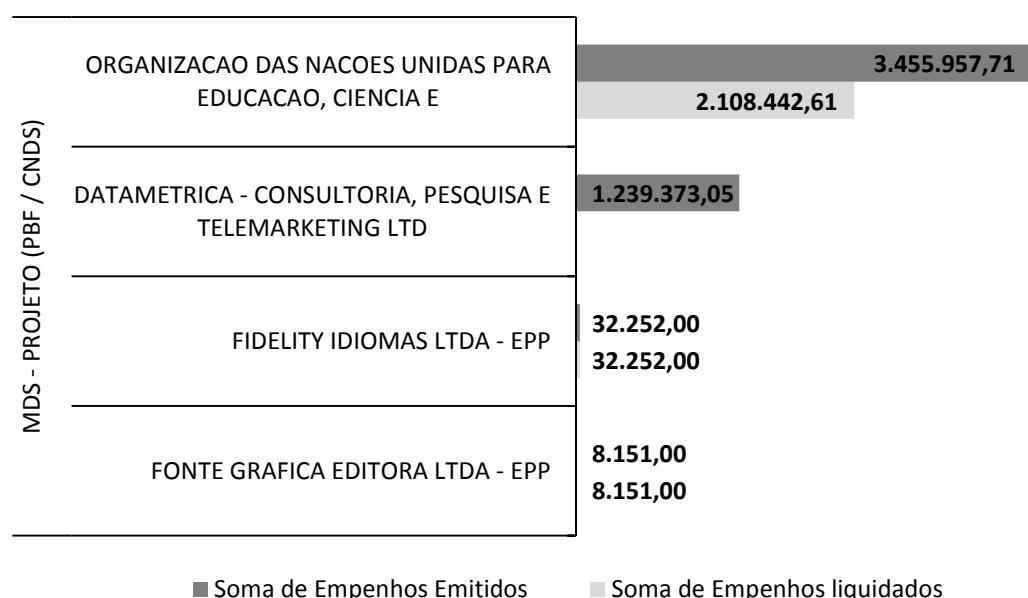


Gráfico 2: Empenhos emitidos e liquidados em 2014 - UG MDS Projeto PBF/CDS, discriminada por CNPJ, em R\$.

Duas rubricas são destaques nessa perspectiva. Em primeiro lugar, os repasses à UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, que são vinculados ao Projeto 914BRZ3002 – Apoio ao Programa Bolsa Família e Superação da Pobreza Extrema, que operacionaliza parte do Projeto Consolidação do Programa Bolsa Família (PBF) e Apoio ao Plano Brasil Sem Miséria (BSM) no âmbito do Acordo de Empréstimo BIRD 7841-BR, e tem substancialmente os objetivos de subsidiar a aquisição de serviços de realização de eventos e a contratação de consultorias

individuais de pessoas físicas. Incorporados os recursos repassados à conta do projeto na UNESCO, estes seguem cronograma específico de execução previsto no Plano de Aquisições do Projeto do Acordo de Empréstimo, o que significa que a correlação entre o repasse realizado no Orçamento-Geral da União ao organismo internacional e a execução física decorrente dele depende do cronograma mencionado.

Na outra despesa significativa para a UG criada para gerenciar o Projeto do Acordo de Empréstimo BIRD 7841-BR, verifica-se a *contratação de serviço para realização da Pesquisa Painel de Pobreza – PPP* (fornecedor DATAMETRICA), cujo objetivo da pesquisa é levantar informações junto à população extremamente pobre, visando sua caracterização socioeconômica e demográfica, bem como a identificação de suas condições de acesso aos serviços, ações e programas que compõem os eixos do Plano Brasil sem Miséria (BSM).

As outras duas contratações vinculadas à UG do Projeto PBF/CDS (conforme gráfico anterior) subsidiam a aquisição de serviços gráficos visando a impressão de cartilhas para distribuição no âmbito da Política de Inclusão Produtiva Urbana, para iniciativa em parceria com a Secretaria de Superação da Extrema Pobreza (SESEP), e de serviços de tradução de publicações para a iniciativa WWP⁴ e de noventa práticas de combate ao trabalho infantil do idioma original para os idiomas inglês, francês, espanhol e português.

Quanto às demais despesas, que abarcam aproximadamente 21% da execução orçamentária, os produtos decorrentes das iniciativas externas ao MDS estão apresentados no quadro a seguir:

Quadro 3: Demais iniciativas descentralizadas

Instrumento – Objeto - Executor		Dimensão	Valor R\$*	Status	Prazo	Política	
TC 003/ 2013	Estudos/pesquisas de avaliação contratados no ano de 2013, dos quais cinco exigiram o acompanhamento de pesquisa em execução, em 2014, e 37 originam-se da seleção e dos estudos oriundos da Chamada CNPq 24/2013.	CNPq	Avaliação	1.100.000	Contratados em 2013. Em execução em 2014	07/ 2016	15 Segurança Alimentar e Nutricional 3 Inclusão Produtiva 1 Renda de Cidadania 11 Transversais 6 Assistência Social
TC 001/ 2013	Oferta do Ciclo de Capacitação em Conceitos e Técnicas para elaboração de Diagnósticos, monitoramento e Avaliação de Programa e Ações do MDS, e do Curso de Formação de Professores do CapacitaSUAS.	UFRGS	Formação, Capacitação , Disseminação	1.815.000	Contratados em 2013. Em execução em 2014	12/ 2016	Transversais
TC	Apoiar a implementação da			2.116.990	Contratados	10/	Transversais

⁴ Conforme apresentação exposta no sítio da internet <https://wwp.org.br/pt-br>, trata-se de iniciativa brasileira de aprendizagem por um Mundo sem Pobreza (*Brazil Learning Initiative for a World without Poverty – WWP*) é uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Governo do Brasil, com o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (*International Policy Centre for Inclusive Growth - IPC-IG*) e o Banco Mundial com vista a identificar, documentar e disseminar inovações e conhecimento sobre a experiência brasileira no desenho e implementação de políticas e programas para o desenvolvimento social e redução da pobreza, com transferência de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços.



004/ 2014	Política Nacional de Educação Permanente do SUAS; desenvolver a pesquisa aplicada sobre monitoramento e avaliação de políticas públicas; e fortalecer o currículo de graduação e pós-graduação apoiados pelo MEC –REUNI nas temáticas ligadas ao MDS.				em 2014. Em execução a partir 2014	2017	
TED 001/ 2014	Programa de Aperfeiçoamento em Gestão de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)	ENAP	114.282	Contratados em 2014. Em execução a partir 2014	04/ 2015	Transversais	
TC 005/ 2014	Apoiar a construção de projetos pedagógicos, planos operativos, estratégias de ações de educação permanente e disseminação de informações no âmbito do SUAS.	FIOCR UZ	1.500.000	Contratados em 2014. Em execução a partir 2014	12/ 2016	Assistência Social	

* Os valores demonstrados são os acordados pelos instrumentos citados, mas não necessariamente empenhados no exercício de 2014.

Na execução orçamentária realizada pela Coordenação-Geral de Licitações e Contratos, vinculada à Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria Executiva do MDS (MDS – CGLC – ver Gráfico 1), foram realizados contratos para aquisição de serviços de edição e impressão, além de agência de viagens, subsidiando assim a geração, impressão e distribuição de publicações de estudos e avaliações realizadas pela SAGI, e deslocamentos diversos na agenda dos servidores da secretaria.

Cabe destacar ainda que no exercício de 2014 foram liquidados e pagos Restos a Pagar de Exercícios anteriores vinculados à Ação 4923, totalizando R\$ 3.803.948, cujos pagamentos mais representativos estão correlacionados a serviços de contratação de empresa de tecnologia da informação, de responsabilidade da Diretoria de Tecnologia da Informação do MDS, aportes a acordos de cooperação técnica internacional com a UNESCO e FAO, descentralização ao CNPq e aquisição de serviços de avaliação de políticas. Ressalta-se que não houve análise da execução orçamentária e financeira e do planejamento da SAGI relativos a anos anteriores.

Cabe informar que parcela da execução orçamentária da Ação 4923, executada no Projeto de Implementação do Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial 7841-BR, foi avaliada na auditoria cujos resultados foram apresentados no Relatório nº 201502797, de 29/6/2015. A referida auditoria não teve como escopo a avaliação da Ação 4923, todavia, avaliou-se, dentre outros aspectos, os controles internos, resultados, conformidade de licitações e contratos e adequabilidade dos pagamentos realizados do mencionado projeto para o exercício de 2014. Nesse ínterim, vale informar que foram objeto de avaliação da Auditoria Anual de Contas de 2014 da Secretaria Executiva do MDS, os controles internos da Gestão de Contratações de responsabilidade da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, Unidade responsável também responsável pela execução de parte da Ação.

Diante do contexto apresentado, em que se verifica ações de controle sobre algumas dimensões da execução da Ação no âmbito do MDS, e frente à estratégia de descentralização de parcela de recursos para outras Unidades Federais por meio de

acordos devidamente formalizados, o escopo da auditoria foi direcionado à avaliação dos resultados da gestão da Secretaria.

1.1.2 EFETIVIDADE DOS RESULTADOS OPERACIONAIS

1.1.2.1 INFORMAÇÃO

Os instrumentos de planejamento e gestão da SAGI auxiliam na definição dos objetivos organizacionais, no atendimento das competências regimentais e nas entregas decorrentes das finalidades da Ação de Governo sob sua responsabilidade. Entretanto, requerem aprimoramento no uso de indicadores para seus processos e resultados e no processamento e apresentação de custos dos seus produtos.

Fato

Apesar de a Secretaria ser responsável por Ação de governo não vinculada a Programa Temático⁵ do Plano Plurianual 2012-2015, mas sim a Programa de Gestão da Secretaria Executiva do MDS, a Unidade relata em seu Relatório de Gestão do exercício de 2014 que o alcance de sua atuação transcende a perspectiva interna do MDS. Desde 2004, com sua criação, a SAGI vem construindo um sistema de monitoramento e avaliação de programas e políticas do MDS, resultando na elaboração de uma Política de Avaliação e Monitoramento. Esta proporcionou insumos à gestão do Ministério, disseminou e formou capacidades relacionadas à avaliação e monitoramento de políticas públicas para as três esferas de governo.

No contexto de sua visão, onde a Secretaria se coloca como ator relevante em seu ramo de atuação, verificou-se que a Unidade dispõe de processo formal de estabelecimento de planejamento estratégico, com descrição e elementos apresentados no Relatório de Gestão de 2014. Outro quesito relevante é a existência de um sistema de tecnologia da informação voltado para a gestão estratégica da SAGI, o SIGE – Sistema de Gestão Estratégica. Os atributos do planejamento estratégico e do sistema informatizado citado não foram objeto de avaliação no escopo da auditoria, todavia, auxiliaram a análise dos resultados da Secretaria.

A - Processos de Trabalho e Resultados

A organização da Unidade em quatro Departamentos (Gestão da Informação, Monitoramento, Avaliação, Formação e Disseminação) apresenta coerência com sua visão estratégica, macroprocessos e as finalidades da Ação 4923. A figura a seguir apresenta, a partir dos eixos estruturantes definidos pela SAGI em seu planejamento estratégico, o fluxo de processamento de informações e conhecimento, objeto do negócio de competência da Secretaria.

⁵ Segundo o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), os Programas Temáticos organizam as agendas de governo pelos temas das Políticas Públicas. Cada programa está ligado a um macrodesafio, possui um valor global e se desdobra em Objetivos. O valor global indica uma estimativa dos recursos necessários ao Programa no período do Plano. Os Objetivos expressam as escolhas do governo para a implementação de determinada política pública e por isso possuem metas associadas que se desdobram em Iniciativas. As Metas apontam compromissos que o governo deve perseguir até o fim do plano, e podem ser quantitativas ou qualitativas. Por sua vez, as Iniciativas declaram as entregas à sociedade de bens e serviços, resultantes da coordenação de ações orçamentárias, institucionais, normativas, de pactuação entre entes federados, entre Estado e sociedade e de integração de políticas públicas.

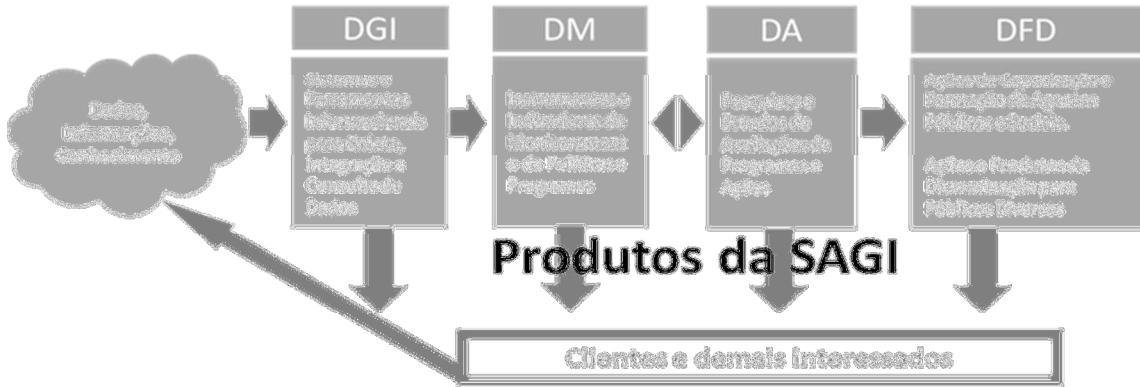


Figura 1: Relação entre os insumos, divisões e produtos da SAGI

Em função dos eixos de ação estratégicos, a Unidade estabeleceu macroprocessos com produtos, clientes e responsáveis descritos. Nesse contexto, em resposta à questionamento apresentado na Solicitação de Auditoria nº 201503545/01, de 25/06/2015, a Secretaria apresentou (Ofício nº 018/2015 – SAGI/MDS, de 30/06/2015) informações a partir das quais se segregou, pela tipologia de Atividades e Projetos, os processos realizados pela Secretaria para cada macroprocesso. Verificou-se um número significativo de ações de caráter continuado, tratados como atividades, frente a projetos específicos demandados no exercício em análise ou com entrega prevista para 2014 (Quadro 4).

Quadro 4: Composição dos processos de trabalho da SAGI

SAGI	Macroprocesso	Processos	
		Atividade	Projeto
DGI	Coleta e Tratamento de levantamentos primários de informação	6	-
	Desenvolvimento de sistemas integradores de dados e sistemas especialistas	3	3
	Gestão da Informação e Ferramentas para disponibilização pública	6	2
	Suporte e sustentação da plataforma de TI e Rede	3	2
	Total DGI	18	7
DM	Apoio técnico	3	-
	Ferramentas/ Aplicativos de monitoramento	2	-
	Produção de dados, indicadores e painéis de monitoramento	3	-
	Total DM	8	-
DA	Acompanhamento das pesquisas avaliativas contratadas pela SAGI (por meio de Termo de Referência)	4	-
	Acompanhamento de Comitês e Grupos de trabalho de políticas sociais	3	-
	Elaboração de Termos de Referência para contratação de pesquisas avaliativas de ações e/ou programas do MDS	1	-
	Produção de material de disseminação dos resultados das pesquisas conduzidas pelo DA, e de suas metodologias e estudos aprofundados de assuntos que subsidiam as políticas conduzidas pelo MDS	8	-
	Total DA	16	-
DFD	Capacita SAGI	3	-
	Capacita SUAS	3	-
	Gestão do Conhecimento	8	-
	NEAD	1	-
	World Without Poverty (WWP)	-	1
	Total DFD	15	1
TOTAL GERAL		57	8

Cabe ressaltar que somente a quantidade de processos não permite estabelecer uma perspectiva de relevância, custo ou esforço de um determinado macroprocesso ou departamento sobre outros. De fato, pela análise do quadro anterior, verifica-se que, em determinados departamentos, há uma agenda pré-estabelecida para o exercício de maior amplitude frente aos demais (para os casos do DGI, DA e DFD) considerando as

ferramentas e aplicativos apoiados, os compromissos definidos e as responsabilidades prescritas.

O panorama apresentado ressalta a Unidade como detentora de responsabilidades chave no âmbito de políticas e iniciativas, como de manutenção e atualização de portais e painéis de monitoramento, a exemplo do MONIB (Painel de Monitoramento do Plano Brasil Sem Miséria), Portal do Plano Brasil Sem Miséria nos Estados e Municípios, Matriz e Relatórios de Informações Sociais, Data Social, e de serviços como a realização do Censo SUAS (instituído pelo Decreto nº 7.334/2010) e Capacita SUAS, que são rotinas para a SAGI. Vê-se, portanto, a Secretaria como fornecedora de capacidades de trabalho necessárias para políticas públicas no âmbito de sua competência.

Pela análise das atividades desenvolvidas, destacam-se as funções que evidenciam essa vertente, como manutenção de ferramentas e portais, aprimoramento e atualização de sistemas de informação, disponibilização de dados, e capacitações diversas, com destaque para o Capacita SUAS. A Unidade também exerce funções de desenvolvimento de conteúdo e ferramentas, que possibilitam ampliação das capacidades de monitoramento e avaliação de políticas para outras Secretarias do MDS, outros órgãos públicos federais e entes governamentais, como se verifica pela descrição dos projetos apresentados pela Unidade.

Cabe ressaltar que a evidenciação de produtos/resultados quantificáveis da Secretaria ficou limitada aos processos para os quais tal delimitação realizada é possível. Verifica-se que dos 65 processos mapeados⁶, para 21 houve a evidenciação de produtos quantitativamente ou qualitativamente descritos no relatório de gestão. Quanto às demais atividades e projetos, em 44 ações, pela apuração realizada pela CGU, a carga de trabalho aplicada fica vinculada a produção de insumos a outros processos, o aprimoramento e manutenção de ferramentas já existentes, a análise de dados, a definição e desenvolvimento de soluções diversas, a gestão de instrumentos e ambientes, participação em fóruns e discussões, a publicação de produtos (Quadro 5).

Quadro 5: Processos com Resultado/Produto não especificado

Divisões	Ferramenta/Serviço/Ação
DGI	Aplicativo OUVIC, integração Sistema SGD da Ouvidoria; Boletins de informações para a SENARC; Boletins de informações para a SESEP; Boletins de informações para a SNAS; Censo SUAS; Consulta e Extração de Informações do Cadastro Único; Dados espaciais no Visualizador da Infraestrutura Nacional de Dados Espacial; Editor MDS em Mapas; Ferramentas, dados, estudos e relatórios da SAGI; Gerenciador de Conteúdos; Identidade visual do Portal e das ferramentas Informacionais; Mapa de localização de equipamentos de Prestação de Serviços Públicos; Mapeamento SAN 2014, da área de Segurança Alimentar e Nutricional; Matriz de Informações Social; Portal Brasil Sem Miséria no seu Estado; Portal Brasil Sem Miséria no seu Município; Relatórios de Informações Sociais; Relatórios, levantamentos, aplicativos e ferramentas informacionais; Sistema de Monitoramento Acadêmico dos cursos do CapacitaSUAS; Sistemas/Bancos de Dados na infraestrutura do SERPRO
DA	Artigos científicos; Avaliações Qualitativas de ações e programas do MDS; Comitês; Fóruns de debate; Grupos de trabalho de políticas sociais; Produtos advindos dos insumos e/ou resultados das pesquisas avaliativas; Resultados de pesquisas realizadas em parceria com IBGE; Termos de Referência para contratação de pesquisas
DM	Bases de Dados dos programas do MDS; Data Social e subportais; Indicadores; Módulo Painel de Indicadores; Notas Técnicas e Pareceres; Painéis de Monitoramento; Painel de Monitoramento do Plano Brasil Sem Miséria; Pesquisa de dados
DFD	Acervo Digital; Biblioteca do MDS; Fichas catalográficas e a revisão das referências bibliográficas do MDS; Publicações na Agência Nacional de ISBN, junto à Biblioteca Nacional

⁶ Quantitativo registrado em papéis de trabalho da auditoria, apurado a partir de informações do Relatório de Gestão da Unidade, assim como de tratativas realizadas em resposta à Solicitação de Auditoria nº 201503545/01, de 25/06/2015.

Ressalta-se que uma visão consolidada do quadro foi apresentada como portfólio de produtos informacionais e atividades da SAGI.

No que se refere aos produtos e resultados quantitativamente apresentados pela Unidade, o quadro a seguir apresenta a distribuição entre as políticas com suporte informacional pela SAGI.

Quadro 6: Distribuição de Produtos/Resultados por Política

Política	Divisão SAGI	Concluído 2014	Contratado 2014	Total
Assistência Social	DA	2	3	5
	DFD	5	6	11
Inclusão Produtiva	DA	-	1	1
	DM	-	1	1
Renda de Cidadania	DA	1	2	3
Segurança Alimentar e Nutricional	DA	2	1	3
Transversal	DA	5	3	8
	DFD	15		15
Total Geral		30	17	47

Releva-se aqui que os resultados da SAGI têm eficácia sob a perspectiva de abrangência de atendimento às políticas capitaneadas pelo MDS. Fica demonstrado que para os produtos concluídos em 2014, aproximadamente 67% referem-se a capacitações e publicações realizadas no âmbito das atribuições do DFD, evidenciando que no exercício de 2014, foi grande o esforço de disseminação. No exercício de 2015 as contratações realizadas estão equitativamente distribuídas, o que demonstra um esforço de contratações de pesquisas e estudos cujos resultados serão apresentados nos próximos exercícios.

Em complementação às avaliações do resultado da Unidade, a partir de mapeamento realizado pela equipe de auditoria sobre os principais resultados/produtos concluídos, contratados ou produzidos pela SAGI em 2014 (Quadro 7), verifica-se entregas em todos os macroprocessos das divisões da SAGI, assim como em relação a todos os processos decorrentes da finalidade da Ação 4923, evidenciando a existência de demandas para todas as divisões e a coerência da estratégia do uso dos recursos orçamentários da referida Ação frente às competências e macroprocessos existentes.

Quadro 7: Produtos, serviços e resultados alcançados (relacionados a processos gerencias da LOA e aos macroprocessos da SAGI)							
		Processos da Ação 4923 (LOA 2014)					
Unidades da SAGI	Macroprocessos das Unidades de Gestão 2014	Gestão da informação e desenvolvimento de ferramentas informacionais	Fortalecimento do sistema integrado de planejamento, avaliação e monitoramento	Elaboração de diretrizes e instrumentos para a avaliação e monitoramento	Desenvolvimento de estudos comparados de políticas e programas	Ampliação da capacidade técnica e operacional dos agentes públicos e sociais	Capacitação para a gestão, o monitoramento, a avaliação e o controle social
DGI	Coleta e Tratamento de levantamentos primários de informação	Portal BSM MI Social / RI Social					
	Desenvolvimento de sistemas integradores de dados e sistemas especialistas	Censo SUAS Mapeamento SAN CECAD	SIMAS-(CapacitaSUAS) Editor MDS (Mapas)				
	Gestão da Informação e Ferramentas para disponibilização pública	Aplicativos (móvels) Visualizados INDE Boletins de informação Portal BSM					
	Supporte e sustentação da plataforma de TI e Rede	Conteúdos-(Portal SAGI) Identidade visual Migração (SERPRO)					
DM	Produção de dados, indicadores e painéis de monitoramento	Portal DataSOCIAL e 6 subportais	4 pesquisas Indicadores e painéis	Apóio à ESTADIC			
	Estudos avaliativos		Boletins Municipais	TED IBGE MUNIC 2014			
	Ferramentas/Aplicativos de monitoramento			Painel de Indicadores PIC	MONIB		
	Apoio técnico				Notas técnicas Pareceres Bases de dados		
DA	Elaboração de Termos de Referência para contratação de pesquisas avaliativas		TR da PPP TR da BPC TR da Qualidade do Cadastro Único				
	Acompanhamento das Pesquisas			7 pesquisas de avaliação 37 projetos de pesquisa (TC CNPq) 5 pesquisas em andamento			
	Acompanhamento de Comitês e Grupos de Trabalho de Políticas Sociais		Participação no GTMA				Reuniões de discussão de Comitê de Gênero
	Produção de material de disseminação dos resultados das pesquisas			Notas Pareceres Análise de dados	Análise de dados e divulgação da MUNIC 2013 Análise de dados e divulgação da PNAD 2013		Avaliação Qualitativa do PRONATEC
DFD	CapacitaSAGI				9.514 agentes	TC CEGOV/UFRGS TED ENAP	TED Fiocruz
	CapacitaSUAS				9.616 agentes	TED CEGOV/UFRGS 2014	
	NEAD				3.667 agentes		
	World Without Poverty (WWP)						Lançamento Parceria MDS-WWP-IPC/PNUD IPEA
Gabin	Gestão do Conhecimento				Divulgação do Boletim SAGI	Biblioteca Registro das publicações Fichas catalográficas Acervo Digital	Implantação NUEP SUAS 26 Agentes
	Elaboração de publicações				25 ETECs 7 Sumários Executivos		13.000 Livro Censo SUAS 2013 8.000 RBMA (5 a 8) 10.000 CDs Publicações SAGI 2004-2013 25.000 Cadernos de Estudos (16 a 20) Materiais de apoio
	Gestão e Assessoramento Técnico						Assessoramento administrativo, orçamentário e técnico
	Cooperação Multilateral - nacional e internacional						1 cooperação internacional (UNESCO PRODOC 914 BRZ 3002)

Siglas: MI Social - Matriz de Indicadores Sociais; RI Social - Relatório de Informações Sociais; BSM - Plano Brasil Sem Miséria; SIMA - Sistema de Monitoramento Acadêmico dos cursos do CapacitaSUAS; INDE - Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais; TED - Termo de Execução Descentralizada; TC - Termo de Cooperação; TR - Termo de Referência; MONIB - Painel de Monitoramento do Plano Brasil Sem Miséria; MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais; ESTADIC - Pesquisa de Informações Básicas Estaduais; PPP - Pesquisa Pobreza; BPC - Benefício de Prestação Continuada; GTMA - Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação; PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio; CEGOV/UFRS - Centro de Estudos Internacionais sobre Governo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

No quadro anterior optou-se por denominar as finalidades da Ação como processos diante da verificação de que, para cada finalidade, há uma linha de atuação determinada. De acordo com o quadro, verificou-se que os resultados dos Departamentos de Monitoramento e Avaliação foram mais significativos, em termos quantitativos, frente aos processos da Ação 4923 haja vista representarem a construção e o desenvolvimento de informações e conhecimentos em monitoramento e avaliação. Já os resultados dos departamentos DGI e DFD ficam concentrados nos processos da Ação diretamente vinculados às competências de gestão da informação, além de capacitação e disseminação de conhecimentos produzidos ou gerenciados pela Secretaria.



Neste ponto cabe uma análise complementar dos resultados apresentados pela Unidade: a partir da auditoria da CGU (Relatório nº 201502797, de 29/06/2015) que avaliou a realização projeto vinculado ao Acordo de Empréstimo nº 7841-BR contratado entre MDS e Banco Mundial (BIRD), operacionalizado pelo Acordo de Cooperação Técnica Internacional com a UNESCO PRODOC nº 914/BRZ3002, foram destacados aspectos relevantes de dois produtos registrados como resultados pela SAGI.

No que se refere à contratação da Pesquisa Painel da Pobreza – PPP, produto apresentado como resultado do DA, destinada à levantar informações junto à população extremamente pobre, visando sua caracterização socioeconômica e demográfica, bem como a identificação de suas condições de acesso aos serviços, ações e programas que compõem os eixos do Plano Brasil sem Miséria, ficou registrado no referido relatório que o processo de contratação iniciou-se em 2013, e que foi verificado atraso ao se analisar as atividades previstas e aquelas já desenvolvidas pela empresa contratada. Ocorre que o primeiro produto da PPP, previsto para 07/02/2015, somente foi apresentado no dia 18/05/2015 de forma incompleta o que, conforme registrado em relatório, foi objeto de ação pela SAGI, que comunicou a contratada sobre o referido atraso e incompletude do produto entregue, sem manifestação até a conclusão do relatório.

Para o produto apresentado para o Gabinete da SAGI que também é vinculado ao mencionado Acordo de Empréstimo, ou seja, o PRODOC UNESCO nº 914/BRZ3002, a partir da análise do Plano de Aquisições do Acordo de Empréstimo, versão de abril de 2015, verifica-se a seguinte posição (Quadro 8):

Quadro 8: Situação da execução das Aquisições PRODOC UNESCO nº 914/BRZ3002

Objeto da Aquisição	Ação Iniciada	Ação Não Iniciada	
		Compatível com o Plano	Em Atraso
Consultores Individuais	49	23	4
Eventos	3	3	-

Trata-se de um nível de implementação superior a 60% para o projeto iniciado em 2012 e com prazo de encerramento para 30 de junho de 2017, conforme explicitado no relatório de auditoria mencionado.

B - Transparência dos Produtos Realizados e Cronograma de Entrega

No contexto da transparência e publicidade, e considerando o conhecimento relevante envolvido, a quantidade e o uso aplicado dos produtos e serviços realizados pela Unidade para diversos interessados, por meio da Solicitação de Auditoria nº 201503545/01, de 25/06/2015, foi solicitado: evidenciar a política de disseminação, transparência e publicidade de indicadores monitorados, avaliações realizadas, estudos produzidos e demais produtos, descrevendo e apresentando; a documentação relativa às definições estabelecidas na política, e respectiva normatização interna do assunto, caso exista; os tipos de produtos e conteúdo abrangidos na política; e os prazos de publicação estabelecidos, o cronograma de realização divulgado e a comunicação sobre a disponibilidade (dos trabalhos de 2014 e 2015).

Em resposta, por meio do Ofício nº 022/2015 – SAGI/MDS, de 10/07/2015, a SAGI informou que “[...] em 2006, foi publicada a Portaria MDS nº 329, instituindo e regulamentando a Política de Monitoramento e Avaliação do MDS, tendo como princípios fundamentais a ética, a transparência, a imparcialidade e a isenção. Consta

da Portaria, entre outras diretrizes, a necessidade de criação de um grupo, com representação de várias áreas do MDS, o qual foi denominado Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação (GTMA)." O referido grupo consta como elemento de governança da gestão da Secretaria em seu relatório de gestão e que, como reconhece a própria SAGI, haja vista que a citada Portaria foi publicada em 2006, várias inovações das informações e boletins produzidos, disponibilizados no Portal da SAGI, não estavam contempladas, o que teria levado o GTMA a iniciar, recentemente, seu procedimento de revisão.

A Unidade avalia que a especificação da política está prevista no artigo 20 da referida Portaria, que estabelece como competências da SAGI divulgar por meio da internet, publicações impressas, eventos e seminários, os resultados dos estudos e pesquisas previstos no Plano Anual; e manter centro de documentação de acesso público com todos os estudos e avaliações produzidos pelo MDS. Nesse contexto verifica-se a implementação de tal diretriz com os portais mantidos pela Secretaria na internet, sendo os principais:

- Portal da SAGI – <http://www.mds.gov.br/sagi>;
- RI – <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>;
- MOPS – <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/Mops/>;
- MI – <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/grupo.php>;
- <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/>;
- http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/METRO/metro.php?p_id=4.

Chama a atenção nesse aspecto prescrição de um artefato de planejamento anual (Plano Anual). A esse respeito, por intermédio da Solicitação de Auditoria nº 201503545/01, de 25/06/2015, foi solicitado que a UJ apresentasse, em relação a seus produtos, os prazos de publicação estabelecidos e o cronograma de realização previsto, de forma a verificar a existência de uma perspectiva operacional/anual de entregas compromissadas, possibilitando assim uma análise de eficácia operacional.

Em resposta a SAGI informou sobre o link <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/ferramentas/docs/calendario.pdf>, onde constam as previsões de publicação de sumário executivo, da ficha técnica e dos microdados. Verifica-se que, apesar de atualizado em 02/07/2015, não estão apresentados todos os produtos avaliativos contratados pela SAGI, a exemplo da Pesquisa Painel de Pobreza, assim como o cronograma de realização de capacitações. Entretanto, a Unidade esclarece que para as informações ainda não disponibilizadas existe um cronograma de previsão de divulgação e que, dado o volume e complexidade das informações, esse material está sendo disponibilizado de forma gradativa, conforme programação apresentada, atualizada e divulgada no portal três vezes ao ano.

Salientou ainda que disponibiliza as informações considerando as novas disposições da Lei de Acesso à Informação e os princípios éticos na produção e disseminação de informações, tal como preconizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coordenador do Sistema Nacional de Estatísticas, e apresentou um rol de produtos abrangidos pela política, ressaltando a iniciativa, iniciada em junho de 2015, de encaminhamento do Boletim SAGI mensalmente para os profissionais responsáveis pela formulação, gestão, monitoramento e avaliação das Políticas Sociais nas três esferas (União, estados e municípios), para a Rede de Educação Permanente, que abrange 121 universidades federais e estaduais, e para um público mais heterogêneo, composto prioritariamente por pesquisadores e formadores de opinião.

C - Accountability Orçamentário e Apuração de Custos

Observando o desdobramento do Produto da Lei Orçamentária Anual (LOA) registrado para a Ação 4923 frente aos produtos dos Planos Orçamentários⁷ utilizados como mecanismo de controle/gestão, verificou-se uma relação desproporcional de causa e efeito (ou esforço e resultado) entre a execução dos processos da Ação e suas entregas, prevista como *Política Avaliada*, que somada a *Pessoa Capacitada* proporcionaria Projetos de Melhoria da Gestão Implementados, gerando incongruência entre as medidas e desalinhamento entre os tipos de produtos.

Especificamente, a contabilização de cada pessoa capacitada compõe o rol de projetos de melhoria da gestão implementados. Assim, equipara-se o esforço e o orçamento de cada entrega contabilizada no PO 0002 (projetos de coleta de dados, painéis de indicadores, monitoramento, estudos, avaliações de políticas públicas) a uma pessoa avaliada (resultado do PO 0003), o que, notadamente, pode trazer distorções de entendimento para fins de transparéncia e *accountability*. Ou seja, mesmo representando uma expectativa de execução frente aos recursos fixados no orçamento, há assimetria de informação na metodologia utilizada no instrumento legal.

O quadro a seguir contém a execução orçamentária da Ação 4923 por Planos Orçamentários e a execução física apresentada no Relatório de Gestão de 2014, evidenciando o desalinhamento anteriormente abordado:

Quadro 9: Execução orçamentária e financeira (SIAFI) - 2014

LOA e SIOP*		Dotação atualizada		Despesas liquidadas		Execução física - 2014 (Relatório de Gestão)	
Ação	PO	Em R\$	%	Em R\$	%	Previsto (para a Ação)	Realizado
4923	0002	10.615.000,00	75,9%	6.193.979,02	74,0%	10.001 Projetos de melhoria da gestão implementados	-
	0003	3.376.491,00	24,1%	2.179.860,71	26,0%		22.650
Total:		13.991.491,00	100,0%	8.373.839,73	100,0%	22.650	

* Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

Sobre o apontamento, por meio do Ofício nº 022/2015 – SAGI/MDS, de 10/07/2015, a SAGI apresentou a contextualização da evolução da estrutura orçamentária da SAGI e as diretrizes revisionais da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no sentido de reduzir o excessivo número de ações orçamentárias, e ressaltou também a necessidade de se observar o diversificado portfólio de atividades e seus consequentes produtos que são desenvolvidos, principalmente, com recursos não aportados diretamente na Ação 4923 – Produção e Disseminação de Informação e Conhecimento para Gestão de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o que não permitiria a agregação necessária para avaliar custos de produtos e serviços.

Esclareceu que a ação orçamentária passou a englobar todas as atividades da SAGI que convergem para a produção e disseminação de informação e conhecimento, acrescentando que, em função de a ação orçamentária restringir a utilização de um único produto “projeto de melhoria da gestão implementado”, muito embora esta não corresponda fisicamente a todos os produtos e entregas da SAGI. A partir desta padronização, a Unidade justificou que foi possível manter uma série histórica dos dados da execução, tendo sido criados, posteriormente, os planos orçamentários PO

⁷ Segundo a Secretaria de Orçamento Federal trata-se de uma categoria de agregação de informações da execução orçamentária de caráter gerencial vinculada à ação orçamentária.



0002 – Avaliação e Monitoramento de Políticas de Desenvolvimento Social e PO 0003 – Capacitação de Agente Públicos e Sociais, com seus produtos intermediários (política avaliada e pessoas capacitadas), que exprimem as atividades de maior consumo orçamentário nesta ação.

Destacou, entretanto, que, a partir das observações feitas pela equipe de auditoria, houve uma reflexão sobre a necessidade de rever a meta física e estabelecer a apuração do produto de forma a trazer maior consistência ao demonstrar o esforço dispendido pela SAGI e os resultados efetivamente alcançados, bem como a permitir contabilização e cálculo de custos sem incorrer na situação atual de desproporcionalidade e assimetria, informando que na próxima oportunidade de promover ajustes nos atributos de uma ação orçamentária propõe-se empreender uma negociação com a SOF/MP para rediscussão desses atributos e permissão para aprimoramento de “produtos”, “metas físicas” e outros que se mostrarem necessários.

Por fim, a UJ justificou que, em relação aos dados registrados no Relatório de Gestão 2014 de execução física da Ação 4923, observou-se que a “meta física” prevista foi de 10.001 projetos e que, por outro lado, o cômputo das “metas realizadas” teria que ser feito somando-se unidades de produtos diferentes – pesquisas de avaliação (7) + pessoas capacitadas (22.650) – e que, quando comparadas com os montantes orçamentários correspondentes, resultam em um número pouco significativo e inversamente proporcional, ou seja, investe-se menos orçamento na capacitação de 22.650 pessoas. Assim, destacou que foi opção da Secretaria considerar que uma pessoa capacitada equivalia a um projeto implementado, e, portanto, 22.650 projetos de melhoria de gestão implementados, seria suficiente para demonstrar o esforço e comparar com a meta estabelecida, sendo os demais resultados foram desprezados na apuração da meta física, por serem apresentados no Relatório de Gestão de 2014.

Verificou-se também que, nos termos apresentados no Relatório de Gestão de 2014, na justificativa para a não apresentação do item 5.5, foi informado que *“as atividades desempenhadas pela SAGI são diversificadas e não aderem ao produto e meta definidos para a Ação 4923”* e que em função disso *“o resultado do cálculo feito no Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC) não fornece informações coerentes e confiáveis sobre o custo de produtos e serviços”*.

Sobre a afirmativa a Unidade informou que, diante de portfólio de produtos e atividades e das explicações apresentadas para a forma de contabilização do produto da ação 4923, é possível visualizar melhor a diversidade de produtos e resultados da SAGI, os quais não foram computados nas metas físicas realizadas, pelas razões expostas, e consequentemente distorcem a apuração real dos custos, mesmo no nível de PO.

Destacou também o regime de execução das pesquisas, haja vista que algumas são concluídas no exercício de 2014, mas que são resultados de investimentos iniciados em exercícios anteriores, além de projetos de pesquisa iniciados no exercício que terão seus módulos realizados em diversos exercícios posteriores. Argumentou que apesar da tentativa de apuração dos custos, houve dificuldade de obter um cálculo razoável dos custos da SAGI, ou eventuais variações significativas no nível de agregação necessário, pois a simples utilização do valor liquidado da ação dividido pela meta física realizada, dos dois POs, não expressa a complexidade das atividades desenvolvidas e seus resultados. Por fim, colocou-se em busca de aprimoramentos que permitam gerar informações adequadas no próximo ano.

As alegações apresentadas pela Secretaria são verdadeiros dificultadores da implementação dos controles tratados nesse tópico. Todavia, os instrumentos PO tem caráter gerencial e, por sua singularidade, podem ser criados e ajustados para se adaptar às características e necessidades específicas da Ação, além de poderem ser ajustados no decorrer do exercício, prescindindo de dispositivo legal para alteração do orçamento. Quanto aos controles de custos verifica-se que a metodologia e a ferramenta disponibilizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) possibilitam dar tratamento aos aspectos apresentados como limitadores de sua adoção. Destaca-se que a SAGI se coloca na posição de promover as adequações necessárias na gestão da Ação para possibilitar a evidenciação de seus produtos e custos com maior qualidade.

D - Indicadores de Gestão

Considerando a abrangência do item 5.4 (Indicadores de Gestão da Unidade) definida nos termos da Portaria TCU n.º 90/2014 e a existência de macroprocessos no âmbito da Unidade, com descrição, produtos, clientes e responsabilidades apresentados no Relatório de Gestão de 2014, foram solicitadas informações sobre a existência de indicadores de desempenho operacional de subsídio à sua gestão, haja vista ter sido verificado que não foram apresentadas informações sob o argumento da não existência de indicadores de desempenho operacional relativos ao Programa 2122 – Programa de Gestão e Manutenção do MDS, ao qual está vinculada a Ação 4923.

Em resposta, por meio do Ofício nº 022/2015 – SAGI/MDS, de 10/07/2015, a SAGI demonstrou seus recursos e projetos para monitoramento operacional e estratégico frente aos objetivos definidos.

Em resumo, informou sobre o desenvolvimento em 2013 do Sistema de Gestão Estratégica (SIGE), que é uma ferramenta destinada ao monitoramento das atividades e que permite a gestão estratégica dos principais projetos desenvolvidos pelos departamentos da Secretaria. A partir do SIGE, está em elaboração o Mapa de Processos e Resultados da SAGI (MaPR – Versão atual do diagrama do mapa foi disponibilizada à auditoria) com o objetivo de iniciar a estruturação do monitoramento estratégico da Unidade, sendo este o primeiro passo para construção de indicadores de desempenho organizacional, com foco em produtos e entregas, a partir dos recursos utilizados e dos macroprocessos estabelecidos para cada departamento da Secretaria.

A SAGI pontuou que o monitoramento da Ação 4923 requer um sistema de informações para monitoramento bastante específico, que ainda está em construção, considerando a complexidade das problemáticas sociais tratadas pelo MDS e dos arranjos programáticos para mitigação dos mesmos. Assim, afirma que após dez anos de maturação, essas políticas vêm passando, desde 2011, por significativas inovações em seus desenhos e arranjos de implementação, o que implicou no desenvolvimento de sistemas específicos de informação, indicadores, pesquisas e programas de formação, para os quais a SAGI teve que ampliar de modo significativo, em período curto, seu portfólio de entregas, sendo reorganizados seus macroprocessos, com revisão das métricas até então usadas e priorizada a estruturação do SIGE.

Destacou que o MaPR ilustra a lógica de operação e encadeamento das atividades de sua equipe técnica, do contexto de operação e das condições necessárias para que as atividades sucessivas e concorrentes produzam os efeitos almejados de contribuir para o aprimoramento do desenho e gestão dos programas do MDS. Finalmente colocou como proposta que, a partir de discussões internas e validação posterior pela Secretaria-

Executiva, uma parte expressiva dos indicadores apresentados à auditoria poderá constar do Relatório de Gestão de 2016.

Pela versão apresentada, verificou-se a propositura de uma gama de indicadores de monitoramento operacional para a relação entre Recursos e Macroprocessos, Macroprocessos e Produtos, Produtos e Resultados, existindo também uma lógica de encadeamento entre cada dimensão de indicador projetado, ficando o monitoramento restrito ao desempenho, não alcançando a dimensão de impacto. Quanto a isso a Unidade destacou que não tem mandato para recomendações de implementação e uso de suas ferramentas, pesquisas e conhecimento aportado em seus cursos e publicações, o que justificou não apresentar indicadores para essa dimensão.

A proposta para 2015 trata-se de uma estrutura inicial robusta de gestão, como a própria Unidade destaca, cuja implantação promoverá um aprendizado diante da dinâmica de seus resultados e do conteúdo que envolve sua competência principal. Com o contexto apresentado, a Secretaria se posiciona pela iniciativa de utilização de instrumentos de gestão que tem potencial de ampliar a maturidade de seus processos de trabalho.

2 CONTROLES DA GESTÃO

2.1 CONTROLES INTERNOS

2.1.1 AUDITORIA DE PROCESSOS DE CONTAS

2.1.1.1 INFORMAÇÃO

Informação sobre os Macroprocessos de Trabalho da SAGI. Alteração de informação apresentada no Relatório de Gestão de 2014.

Fato

Em resposta à Solicitação de Auditoria n.º 201503545/01, de 25/06/2015, por meio do Ofício 018/2015 – SAGI/MDS, de 30/06/2015, a SAGI esclareceu houve um erro na versão final do Relatório de Gestão 2014, no que se refere ao detalhamento dos macroprocessos finalísticos do Departamento de Monitoramento (DM) e do Departamento de Avaliação (DA). Do que se observa às folhas 27 e 28 do Relatório, as agendas do DM e DA estão idênticas, induzindo à conclusão de que os dois departamentos têm as mesmas competências e compartilham os mesmos macroprocessos, atividades e produtos.

Assim, apresentam-se abaixo os quadros com as agendas corretas de cada um desses departamentos, seus macroprocessos, produtos e serviços, clientes e subunidades responsáveis.

“AGENDA – DM

<i>Macroprocessos</i>	<i>Descrição</i>	<i>Produtos e Serviços</i>	<i>Principais Clientes</i>	<i>Subunidades Responsáveis</i>
<i>Produção de dados, indicadores e painéis de monitoramento</i>	<i>Os indicadores são construídos a partir de mais de 30 fontes de dados e pesquisas, do IBGE e várias outras instituições. Já os painéis têm o intuito de captar e dimensionar os esforços realizados pelo Ministério e os efeitos alcançados por suas ações em diferentes domínios das políticas</i>	<i>- Disponibilização de indicadores e Painéis de monitoramento - Portal DataSOCIAL e 6 subportais - 4 pesquisas</i>	<i>- Público interno do MDS e externo</i>	<i>- Coordenação Geral de Demanda - Coordenação Geral de Resultados</i>

	<i>sociais e grupos populacionais.</i>	<i>quantitativas</i> - Apoio à pesquisa <i>ESTADIC</i>		
Estudos avaliativos	<i>Análises mais estruturadas das bases de dados, que permitam aprimorar metodologias de análise ou realizar estudos longitudinais.</i>	- Estudos Avaliativos - Boletins municipais - Parceria IBGE – MUNIC 2014	- PÚBLICO interno do MDS e externo	- Coordenação Geral de Demanda - Coordenação-Geral de Resultados
Ferramentas/ Aplicativos de monitoramento	<i>Portal web desenvolvido para apresentar de forma organizada e ampla o panorama social, perfil econômico e a estrutura demográfica dos municípios e estados brasileiros, bem como as características dos públicos-alvo das políticas e programas do MDS.</i>	- MONIB - Painel de indicadores (PIC)	- PÚBLICO interno ao MDS e externo	- Coordenação Geral de Demanda - Coordenação-Geral de Resultados
Apoio técnico	<i>Apóio dado às secretarias finalísticas do MDS, bem como órgãos externos, que compreendem desde cursos de capacitação em construção de indicadores a compartilhamento dos códigos fontes das ferramentas de monitoramento.</i>	- Notas técnicas - Pareceres - Bases de dados	- Órgãos internos do MDS e externos	- Coordenação Geral de Demanda - Coordenação-Geral de Resultados

AGENDA – DA

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
<i>Elaboração de Termos de Referência para contratação de pesquisas avaliativas de ações e/ou programas do MDS</i>	- Construção de justificativa, objetivos, metodologia de pesquisas avaliativas para contratação de serviço de terceiros (pessoas físicas ou jurídicas) para realização de trabalho de campo para responder a demandas de secretarias finalísticas do MDS.	- Elaboração de Termos de Referência para contratação da PPP - Elaboração do TR do BPC - Elaboração do TR da Qualidade do Cadastro Único	- MDS - Secretarias finalísticas	- Coordenação Geral de Avaliação de Demanda - Coordenação Geral de Resultados e de impacto
<i>Acompanhamento das pesquisas avaliativas contratadas pela SAGI (por meio de Termo de Referência)</i>	- Acompanhamento e avaliação dos produtos acordados entre pessoas jurídicas ou físicas e a SAGI na realização da pesquisa; - Análise dos dados e publicações com resultados obtidos nas pesquisas avaliativas contratadas.	- Elaboração de avaliações qualitativas de ações e programas do MDS - Acompanhamento da realização de pesquisas avaliativas, inclusive construção dos questionários: 7 pesquisas avaliativas concluídas, 5 pesquisas em andamento, 37 projetos de pesquisa no âmbito do CNPq - Análises de dados de pesquisas quantitativas - Acompanhamento dos produtos advindos dos insumos e/ou resultados das pesquisas avaliativas	- MDS - Secretarias finalísticas	- Coordenação Geral de Avaliação de Demanda - Coordenação Geral de Resultados e de impacto
<i>Acompanhamento de Comitês e Grupos de trabalho de políticas sociais</i>	- Discussão e apontamento de soluções de assuntos relativos a políticas sociais que sejam temas de abrangência do MDS.	- Participação em fóruns de debates - Participação no GTMA - Reuniões de discussão do Comitê de Gênero	- MDS - Secretarias finalísticas - Outros órgãos intersetoriais relativos a políticas sociais	- Coordenação Geral de Avaliação de Demanda - Coordenação Geral de Resultados e de impacto
<i>Realização de trabalhos de gestão de responsabilidade do Departamento de Avaliação</i>	- Gerenciamento de pessoal; - Gerenciamento orçamentário; - Acompanhamento de processos de trabalho que viabilizam a realização de pesquisas avaliativas.	- Atividades diversas de gestão do Departamento	- MDS	- Coordenação Geral de Avaliação de Demanda - Coordenação Geral de Resultados e de impacto

<p><i>Produção de material de disseminação dos resultados das pesquisas conduzidas pelo DA, e de suas metodologias e estudos aprofundados de assuntos que subsidiaram as políticas conduzidas pelo MDS</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Produção de relatórios com os resultados nas pesquisas avaliativas;</i> - <i>produção de ETECS;</i> - <i>Produção de artigos científicos;</i> - <i>Produção de Sumários Executivos.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Publicações para disseminação de resultados de pesquisas realizadas em parceria com IBGE</i> - <i>Elaboração de diversos ETECS, artigos científicos, cadernos de estudos e sumários executivos</i> - <i>Análise de dados e divulgação da MUNIC 2013</i> - <i>Análise de dados e divulgação da PNAD 2013</i> - <i>Avaliação qualitativa do PRONATEC</i> 	<p><i>-MDS -Secretarias finalísticas -Público externo</i></p>	<p><i>- Coordenação Geral de Avaliação de Demanda - Coordenação Geral de Resultados e de impacto</i></p>
--	---	---	---	--

“

Os macroprocessos reapresentados pela SAGI estão incluídos no escopo da avaliação dessa Auditoria Anual de Contas de 2014.